



Centro Universitário de Brasília – UNICEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Faculdade de Relações Internacionais

ANA CAROLINA SAMPAIO DE MEDEIROS

**A EXPANSÃO POLÍTICA DO VATICANO NO CENÁRIO
INTERNACIONAL A PARTIR DOS ANOS 80: O caso do sindicato
Solidariedade e a liberdade política no Leste Europeu.**

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão do
curso de bacharelado em Relações
Internacionais do Centro
Universitário de Brasília -
UnICEUB

Brasília – DF

2005

ANA CAROLINA SAMPAIO DE MEDEIROS

**A EXPANSÃO POLÍTICA DO VATICANO NO CENÁRIO
INTERNACIONAL A PARTIR DOS ANOS 80: O caso do sindicato
Solidariedade e a liberdade política no Leste Europeu.**

Banca Examinadora:

Prof. Cláudio Tadeu
(Orientador)

Prof. Marco Antonio Meneses Silva
(Membro)

Profa. Raquel Boing Mariucci
(Membro)

Brasília – DF

2005

DEDICATÓRIA

Agradeço a todos aqueles que acreditaram em meu trabalho, em especial ao professor Cláudio por sua paciência e dedicação, a Alice pela motivação de fazer tudo a cada dia melhor e ao falecido Papa João Paulo II pela inspiração da obra.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo fazer um estudo sobre a influência da Igreja Católica, sob o comando do Papa João Paulo II, na queda do comunismo no Leste Europeu, dada a expansão política do Vaticano nos anos 80 e a relação com o sindicato Solidarnosc. São textualizadas teoricamente as relações entre a Igreja e o Estado (Hobbes –Leviatã e Maquiavel –O Príncipe), bem como a criação do Estado do Vaticano e sua implicância para o cenário internacional, a ascensão de um Papa não Italiano, sua história de vida pessoal e dentro da Igreja e seus momentos até sua morte. Por último é feito um estudo de caso minucioso sobre a relação do Vaticano com a crise do Socialismo no Leste Europeu através da influência da Igreja Católica na nacionalidade polonesa, bem como o surgimento do sindicato Solidarnosc.

ABSTRACT

This work's objective is to study the influence of the Catholic Church, under the command of the Pope João Paulo II, on the fall of Eastern Europe and Communism, since the political expansion of the Vatican in the 80's and the relationship with the Trade Union Solidariéade. The relationship between the Church and the State (Hobbes –Leviatã e Maquiavel –The Prince) are discussed, as well as the creation of the Vatican and its influence on the international set, the ascension of a non-Italian Pope, his personal life's and inside the church history, and his moments until his death. At last, a study case is made about the relationship of the Vatican and the crisis of the Eastern Europe socialism, through the influence of the Catholic Church on polish nationality, as well as the rising of the Trade Union Solidariéade.

SUMÁRIO

Resumo	iv
Abstract	v
Sumário	vi
Introdução	07
Capítulo I – As relações entre o Estado e a Igreja.....	09
Capítulo II- O Estado do Vaticano e a diplomacia.....	14
2.1. O Estado do Vaticano.....	14
2.2 História diplomática do Vaticano	16
2.3. A participação do Vaticano em Organismos Internacionais	17
2.4 O Vaticano e a diplomacia bilateral	21
2.5 O Vaticano e a diplomacia multilateral	23
Capítulo III-A Ascensão de João Paulo II e a expansão política do Vaticano no cenário internacional.....	25
Capítulo IV- O Vaticano e a crise do socialismo no leste europeu.....	32
4.1. A influência da Igreja na nacionalidade polonesa	32
4.2. O Solidariedade	35
4.3. As duas do Papa à Polônia.....	39
4.4. A Queda do Comunismo no Leste europeu.....	42
Conclusão	46
Referências Bibliográficas	48

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo investigar até que ponto a Igreja Católica Apostólica Romana, sob o comando do Papa João Paulo II contribuiu para os ideais de liberdade frente ao Comunismo no Leste Europeu. Para tanto, utilizaremos como estudo de caso, o apoio, dado pela Igreja, ao Sindicato Solidariedade na Polônia nos anos 80, o que levou à pergunta: a eleição de um Papa eslavo contribuiu para a queda do bloco socialista devido à grande fé na religião católica do povo polonês?

No referencial teórico é apresentada a relação entre a política e a religião por dois autores da Teoria Política Moderna, Hobbes através de passagens de seu livro *Leviatã*, e Maquiavel através de passagens de “*O Príncipe*”, onde afirma que a influência da Igreja na organização do Estado se faz prejudicial, pois desviaria a real importância do governo do príncipe. Por seguinte são apresentadas as relações do Vaticano no sistema internacional e sua política de relações exteriores, bem como sua história e evolução.

É importante ressaltar que no início da era cristã não havia religião una, assim sendo, o Imperador Constantino, no Séc III, dá liberdade de culto aos cristãos. Entretanto, já no século IV houve o desmantelamento do Império Romano sendo seus domínios invadidos por “bárbaros”. Permaneceu, porém, uma autoridade resistente às invasões, o Bispo de Roma, que a partir deste momento servia de união a todos os cristãos. É neste momento que ele acrescenta seu poder espiritual ao político. Esse período terminaria com o avanço da ciência e o iluminismo diluindo o poder do Papa.

Com a ascensão de João Paulo II ao trono de Pedro, o papel do Papa voltou a ter maior relevância no cenário internacional. Vindo de uma região historicamente conturbada¹ e freqüentemente dominada por outras nações, sofrera com os problemas das duas grandes guerras e se viu só muito cedo com o falecimento dos pais e do irmão. Escolheu ser padre e se dedicou intensamente ao estudo da filosofia ascendendo rapidamente na hierarquia da Igreja. Em 1978 eleito Papa (um Papa não italiano e sim do Leste Europeu) atuou significativamente na promoção da moral cristã por diversos países, chegou a visitar 129, promovendo a paz, os direitos humanos e a liberdade de fé.

¹ No século XVIII a Polônia teve seu território invadido sucessivamente, em 1795 é dividido entre Rússia, Prússia e Áustria. A Polônia só ressurge como Estado independente em 1918 porém, com a Segunda Guerra Mundial, em 1939 seu território é novamente dividido entre Rússia e Alemanha e com o final da Guerra, em 1945, passa a ser Satélite Soviético.

O movimento Solidariedade polonês, nascido como sindicato e depois tornado partido político, obteve constante apoio por parte do Vaticano, na pessoa do Papa. Seu estudo é importantíssimo, pois este sindicato, apoiado pela Igreja Católica, desenvolveu-se em meio a um sistema onde era incabível tal associação. O início das revoltas na década de 70 no estaleiro Lênin até a prisão de seus líderes em 1981, por meio da lei marcial imposta na Polônia, e após o apoio do Papa junto ao novo dirigente soviético, Mikhail Gorbatchev, foram acontecimentos que marcaram a transformação na ordem imposta em pleno período de Guerra-Fria, culminando com as eleições para o Senado Polonês em 1989, onde o partido Solidariedade conquistou 99% das cadeiras.

João Paulo II continuou promovendo a paz, a não violência, inspirada pela tolerância e solidariedade, não rejeitando o patriotismo, mas, afastando as ações extremistas e rivalidades nacionalistas. Em dezembro de 1994 pediu pela paz entre a Bósnia e Hezergovina, constantemente rogou pela paz no oriente médio e mais recentemente no ano de 2003 o Papa pediu aos fiéis que rezassem pela paz no Iraque fazendo severas críticas à guerra. Sua morte em abril de 2005 comoveu o mundo, onde pela primeira vez na história foi transmitido o velório de um Papa ao vivo pelas emissoras de televisão e noticiado por toda imprensa mundial e com condolências expressas por um grande número de Chefes de Estado e líderes religiosos.

Capítulo I- As relações entre o Estado e a Igreja.

Um dos temas mais complexos de se estudar são as relações entre a política e a religião. Nesse sentido, as relações entre Estado e Igreja, vêm despertando interesse desde o fim da Idade Média² quando surgiu a noção de Estado e Nação, no Ocidente.

A Idade Moderna (1453 a 1789) é marcada pelo desenvolvimento do movimento Renascentista na Europa, que teve como centro de irradiação a Itália, e possuía forte estrutura de comércio, e do Mercantilismo, que tinha por objetivo garantir o crescimento dos reinos por meio de práticas políticas e econômicas eficazes desenvolvidas pelos Estados.

É exatamente nesse momento de transição que viveu um dos mais famosos teóricos políticos, Nicolau Maquiavel (1469 – 1527), que tinha como preocupação a organização da Itália, a qual vivia um momento confuso em relação à forma de Governo (República ou Monarquia, com a criação de principados). É nesse período que ele escreve “O Príncipe”, com o intuito de mostrar as qualidades de um governante para manter o poder e tornar um governo estável, conforme denota o trecho abaixo:

“..., eu respondo que um príncipe forte e valoroso superará sempre todas essas dificuldades, ora levando aos súditos a esperança de que o mal não perdurará, ora fazendo-os rezear a crueldade do inimigo, ora ainda precavendo-se habilmente contra aqueles que (entre os seus) lhe pareçam demasiado temerários”.³

Ele chega à conclusão que, para tanto, é necessário que haja um sentimento de liberdade e paz que só seria alcançado se o povo tivesse medo e fosse submisso, mas sem odiá-lo, pois assim acreditariam em seu governante. Se o governante trouxesse o sentimento de liberdade ou paz, os povos se uniriam. Tal liberdade seria coletiva e não uma liberdade individual. E esta autonomia não daria direito ao povo de se rebelar contra o príncipe.

Como a Igreja era uma organização mais estruturada do que qualquer organização política da época, o governante teria problemas com os costumes religiosos

² Período datado entre a tomada de Roma em 476 DC a 1473 a tomada de Constantinopla pelos turcos, em que a Igreja Católica era uma instituição única e centralizada que impunha as regras de comportamento social feitas de acordo com os costumes e as “vontades divinas”. Não existe a noção de Estado ou mesmo de nação, podendo-se considerar o poder como localizado, ou seja, existente em cada feudo. Disponível em <<http://geocities.yahoo.com.br/flid2001/resumoidademedial.htm>> Acesso em 25 de fevereiro de 2005.

³ MAQUIAVEL. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 2002. p.62.

presentes nos principados eclesiásticos que se encontravam na Itália. Era a Igreja que alcançava o povo e, portanto, tinha o poder. Mas para Maquiavel, política e religião tinham que caminhar separadamente. Deveria-se buscar a autonomia do Estado em relação à Igreja em prol da organização política.

Na realidade, ele dizia que o governante deveria ter virtude⁴ e fortuna⁵ para ir a fundo no poder, sendo que ambas estão associadas, ou seja, o homem tem de ser virtuoso para agarrar a fortuna, e um principado conquistado pela virtude de seu príncipe dura muito mais do que o conquistado pela fortuna, como mostra a passagem:

“Digo, então que a dificuldade em conservar-se um principado novo sob a autoridade de um novo príncipe será maior ou menor de acordo com o caráter mais ou menos virtuoso daquele que os conquistou. E, dado que este evento da passagem de homem (num sentido privado) a príncipe pressupõe que este possua méritos (*virtú*) ou muita sorte (fortuna), fica a impressão de que uma ou outra dessas duas condições podem, em parte, atenuar muitas das dificuldades. Todavia, o príncipe que depende menos da fortuna mantém-se por mais tempo enquanto tal. Ademais, certas facilidades têm ainda origem no fato de que ele, não possuindo outros Estados, precisará radicar-se neste novo principado.”⁶

Enfim, em sua obra, Maquiavel tenta apanhar as qualidades e as estratégias que um novo governante deve adotar. Este deve ser referenciado pelo seu povo, nem que para isso ele tenha de ser temido. Pois ele afirma, dizendo que, a história é cíclica e ela se repete porque um elemento não muda: a natureza humana. Portanto, sempre haverá um ciclo entre República e Monarquia e quanto mais respeitado, mas tempo um governante conseguirá manter o seu poder.

Aproximadamente um século depois, outro grande teórico, Thomas Hobbes (1588 – 1679), vivendo em uma época em que o Estado já aparece bem constituído, apesar de ser um momento de Guerra Civil na Inglaterra, não apenas pensa sobre a reorganização do Estado, mas forma teorias políticas com bases sólidas.

Hobbes, assim como Maquiavel, era representante do realismo político e partia do princípio de que o Estado tem de ser o foco de suas análises. Sua grande obra foi o “Leviatã” em que convictamente defendia o Estado, com um governante forte, visto que um povo não saberia se governar.

⁴ Qualidade utilizada por ele para denominar pessoa que possua méritos.

⁵ Sinônimo de sorte.

⁶ MAQUIAVEL. op cit. p.30.

Para Hobbes, a necessidade de um governante respeitado surge devido ao instinto de conservação do homem que se dá pela vontade contínua de se manter vivo. Nenhum homem abre mão de sua vida ou de algo que lhe seja essencial e se o faz é porque não é totalmente humano. Assim, faz parte da natureza humana ser egoísta (sempre em busca de honra, glória e lucro) e não pensar no coletivo e, mesmo com a intervenção do Estado, a essência humana não muda, mesmo porque os homens não sabem viver bem em coletividade. É um estado de guerra de todos contra todos, pois o homem sempre buscará seus atributos e, ao mesmo tempo, se protegerá.

Portanto, ele é totalmente contra qualquer forma de governo livre, pois tal situação só seria aceitável no caso da natureza humana ser boa e, como não é, o Estado se transforma em uma grande desordem. A autoridade é altamente necessária para impor o que é certo e errado e dizer até que ponto cada um terá de abrir mão de sua liberdade para evitar conturbações. A pessoa faz uma espécie de pacto com a autoridade de modo que o instinto de conservação tenha de ser abafado para que o Estado dê segurança ao povo. Tal pacto durará enquanto a autoridade conseguir garantir a harmonia, gerando uma esperança de sobrevivência entre os homens.

Hobbes dizia que os direitos naturais do homem independem da religião e o homem deve ter obrigações no intuito de manter a paz, e isso será feito por meio de acordos em prol da sobrevivência, nos quais os homens se submetem aos seus deveres. O soberano não os assinará para não se tornar semelhante ao resto da população, ele será fruto do contrato e nada poderá ser exigido dele, ele se manterá acima da lei para que o Estado traga esperança de sobrevivência.

“Finalizando, entre os pontos que a Igreja de Roma declarou necessários para a salvação existe um tão grande número que redundam manifestamente em vantagem do Papa, e de seus súditos espirituais que residem nos territórios de outros príncipes cristãos, que se não fosse a recíproca emulação desses príncipes eles teriam podido, sem guerras nem perturbações, recusar toda autoridade exterior, tão facilmente como ela foi recusada pela Inglaterra. Haverá alguém que não seja capaz de ver para benefício de quem contribuía acreditar-se que um rei só recebe de Cristo sua autoridade no caso de ser coroado por um Bispo? Que um rei, se for sacerdote, não pode se casar? Que se um príncipe nasceu de um casamento legítimo ou não é assunto que deve ser decidido pela autoridade de Roma? Que os súditos podem ser libertos de seu dever de sujeição, se a corte de Roma tiver condenado o rei como herege? Que um rei como Chilperico da França pode ser deposto por um Papa – como o

Papa Zacarias - , sem motivo algum, sendo seu reino dado a um de seus súditos? Que o clero secular e regular, seja em que país for, se encontra isento da autoridade de seu reino, em casos criminais? Quem não vê em proveito de quem redundam os emolumentos das missas particulares e dos vales do purgatório, juntamente com outros sinais de interesse pessoal, suficientes para mortificar a mais viva fé, se conforme disse o magistrado civil e os costumes deixassem de a sustentar mais do que qualquer opinião que tenham da santidade, sabedoria e probidade de seus mestres? Daí que posso atribuir todas as mudanças de religião do mundo a uma e à mesma causa, isto é, sacerdotes desprezíveis, e isso não apenas entre os católicos, mas até naquela Igreja que mais presumiu de Reforma.”⁷

Tanto Maquiavel quanto Hobbes, expressam a separação do Estado e da Igreja. Maquiavel expõe que o Estado não era constituído como tal e sim formado por pequenos feudos onde a Igreja Católica era quem possuía poder, organização e influência nos costumes locais nos principados italianos. Hobbes apresenta um Estado pronto, com estruturas de funcionamento absolutista, com autoridade necessária para determinar o certo e o errado. Não convém à Igreja essa determinação, onde um rei só é de fato rei quando é coroado pelo Bispo.

Maquiavel, portanto fala sobre como se estruturar o reino com a existência da importância da Igreja no caminho, enquanto Hobbes propõe a regulamentação das relações no Estado onde a Igreja não deveria interferir.

Assim sendo, é notável que grandes teóricos políticos modernos acreditassem que a interferência da Igreja nas relações políticas do Estado não deveria ocorrer. Eles, então, defendiam o Laicismo, que segundo o dicionário cristão é:

“Doutrina que propicia a total independência do estado em relação às instituições intermédias e do indivíduo frente à religião e particularmente frente à Igreja. Por isso mesmo, se opõe a tudo o que possa significar influência desta na educação e inclusive em critérios orientativos da vida pública.”⁸

Bobbio (1999)⁹ faz uma distinção entre cultura leiga e Estado leigo, que resumem diferentes significações que o Laicismo reúne em relação à história das idéias e das instituições, para definir o Laicismo.

⁷ HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2002. p.95.

⁸ Disponível em http://www.catholicnet.com.br/interatividade/dicionario/integra.asp?cod_dicionario=1158 Acesso em 09 de abril de 2005.

⁹ BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 12º Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

A cultura leiga é a expressão em que se reúnem as correntes de pensamento que defendem a emancipação da filosofia e da moral da religião positiva. Com a cultura renascentista, ocorreu uma separação gradativa entre pensamento político e os problemas religiosos que alcançou plena afirmação no século XVIII, dando-se primazia à razão sobre o mistério.

Já a definição de Estado leigo está mais ligada à linguagem política, é o regime de separação jurídica entre o Estado e a Igreja, a garantia da liberdade dos cidadãos perante ambos os poderes visto que neste caso o Estado não assume uma religião própria, a religião é indiferente ao tratamento que o Estado dá ao povo.

Bobbio diz que a relação entre temporal e espiritual, entre normas e fé, não é relação de contraposição, e sim de autonomia recíproca entre dois momentos distintos do pensamento e da atividade humana. Igualmente, a separação entre Estado e Igreja não implica, necessariamente, um confronto entre os dois poderes. Permitir a liberdade de religião e culto sem relacioná-las às ações do Estado traz autonomia tanto para o Estado quanto para as Igrejas. O Laicismo separa as duas instituições, mas dando direitos individuais de liberdade em relação a ambos, sem permitir que seja adotada não apenas uma religião de Estado, como também uma irreligião de Estado.

Não compete no cenário internacional atual, a Igreja influenciar o Estado como se fosse um poder pertencente a este, como o judiciário ou legislativo, nem o contrário, ao Estado não convém ditar ou interferir nos ornamentos eclesiásticos, o número de paróquias ou a escolha dos Bispos; entretanto, o que se observa em relação à Igreja, é que cabe a ela discutir interesses que abordam a moral e a fé de seus seguidores em relação ao Estado, como no caso das questões sobre o aborto, o direito a vida, os direitos humanos e etc. O papel da Igreja moderna, principalmente com criação e a consolidação do Vaticano como ator internacional, se concentra nas questões da moral-cristã em relação aos Estados.

Capítulo II – O Estado do Vaticano e a Diplomacia Internacional.

2.1. O Estado do Vaticano.¹⁰

O território do Estado do Vaticano é de 0,439 km² e está sob a proteção da Convenção de Haia de 14 maio de 1954 a respeito garantia de bens culturais em casos de conflitos armados. A cidade do Vaticano é reconhecida como um patrimônio moral, artístico e cultural digno de ser respeitado e protegido como um tesouro que pertence à humanidade. A Guarda Pontífice Suíça faz a segurança externa do Vaticano que é cuidada pelo inspetor da segurança pública.

A expressão Santa Sé refere-se à suprema autoridade da Igreja e ao Papa como Bispo de Roma e chefe do Colegiado de Bispos. Definido como o Governo Central da Igreja Católica, a Santa Sé é uma instituição que, de acordo com as leis e costumes internacionais, possui personalidade jurídica que permite a assinatura de tratados e o envio e o recebimento de representações diplomáticas, como um Estado juridicamente equivalente.

O Estado da Cidade do Vaticano surgiu através do Tratado de Latrão firmado entre a Santa Sé e o Reino da Itália em 11 de fevereiro de 1929 e ratificado em 07 de Junho do mesmo ano, quando a Itália reconheceu todos os direitos de propriedade e soberania do Vaticano.

O Estado da Cidade do Vaticano e a Santa Sé, ambos soberanos sujeitos de direito internacional público, universalmente reconhecidos são uma união indissolúvel na pessoa do Supremo Pontífice, como Chefe de Estado, possuidor dos poderes legislativo, executivo e judiciário que, em ausência deste, passa para o Colegiado de Cardeais. O Supremo Pontífice governa o Estado através da Comissão Pontífica do Estado da Cidade do Vaticano (poder legislativo composto de Cardeais, nomeados por ele por um período de cinco anos) e pelo Governo do Estado da Cidade do Vaticano (poder executivo). Os regulamentos legislativos são publicados em um suplemento especial do *Acta Apostolicae Sedis*.

O poder judiciário é exercitado, no nome do Pontífice Supremo, pelos órgãos constituídos de acordo com a estrutura judicial do Estado: um magistrado, uma corte de primeira instância, uma corte de apelação e uma corte da cassação.

O Pontífice Supremo representa, através da Secretaria de Estado, o Estado da Cidade de Vaticano nas relações com os Estados estrangeiros, para a conclusão dos

¹⁰ Informações obtidas junto ao site oficial do vaticano www.vatican.va ao longo do trabalho.

tratados e para relações diplomáticas.

Entre 1870 e 1929, quando o Estado do Vaticano ainda não existia, a Santa Sé já possuía relações diplomáticas com muitos Estados. Os envoltos diplomáticos possuíam determinado caráter estável que eram encontrados desde o fim do século XV e já no século XVI iniciou-se a coordenação das rerepresentações permanentes no cenário internacional.

A Santa Sé possui direito ativo de representação diplomática¹¹, o que significa que recebe os representantes enviados pelos Estados na missão extraordinária e provisória ou na missão ordinária e permanente.

O Estado da Cidade do Vaticano e a Santa Sé, como o órgão soberano da Igreja Católica, obtiveram reconhecimento sempre crescente de seu caráter internacional distinto. São membros de organizações internacionais e participam de conferências internacionais conforme os acordos relativos.

A Cúria Romana consiste nas instituições que ajudam o Papa no governo da Igreja: Secretaria de Estado (dividido na seção de casos gerais e na seção para as relações com os Estados); Congregações (para a doutrina da fé, para a adoração e a disciplina divina dos sacramentos, para as causas dos santos, para os bispos, para a evangelização dos povos, para o clero, para institutos da vida e sociedades da vida apostólica, para a instrução católica); Conselhos Pontificais (para promover a unidade cristã, para a família, para a justiça e a paz), "*Cor Unum*" (para o cuidado pastoral dos emigrantes e de povos itinerantes, para o auxílio pastoral de trabalhadores do cuidado de saúde, para textos legislativos, para o diálogo inter-religioso, para a cultura, para as comunicações sociais); Tribunais (penitência cristã, tribunal supremo da assinatura apostólica, rota romana); Escritórios (a câmara apostólica, administração do patrimônio apostólico), Prefeitura (dos casos econômicos da Santa Sé); outras instituições da Cúria Romana (a prefeitura da casa pontifical, escritório de celebração litúrgica, o escritório de imprensa, o escritório central das estatísticas da Igreja); Comissão Pontifical (para os assuntos culturais da Igreja, para a arqueologia sacra bíblica, para a revisão e emenda do "*Ecclesia Dei*"); Comitês Pontificais e as Comissões dos Cardeais; as instituições conectas à Santa Sé, (arquivos secretos de Vaticano, biblioteca apostólica do Vaticano, tipografia do Vaticano, *L'Osservatore romano*, casa de publicação do Vaticano (*Libreria Editrice Vaticana*), o centro de rádio, de televisão, o escritório de caridade), administrações e delegações pontificais.

¹¹O Núncio Apostólico é o representante pontifical, que cobre a função permanente da representação do Pontífice Romano com os Estados e com a hierarquia eclesiástica local.

A aquisição e a perda da cidadania, a autorização de residir no Vaticano e as formalidades, são direcionadas pela lei nº III de 7 junho 1929, para cidadania e na residência, e no regulamento N. XXXVI de 27 setembro 1932, para a entrada à cidade do Vaticano.

Em uma população no mundo de cerca de 6 bilhões, os Católicos Apostólicos Romanos representam 1,050 bilhão, 49,4 por cento dos quais estão concentrados nas Américas. A estrutura do pontificado conta com o número aproximado de 4.541 bispos, 405.178 padres (dos quais 265.781 são diáconos); 27.824 diáconos permanentes e não ordenados 55.057; 801.185 religiosas; 30.687 membros de institutos secular; 126.365 missionários e 2.641.888 catequistas¹². Entre 1978 e 2000, o número de estudantes de filosofia e de teologia em seminários e dioceses religiosos no mundo passou de 63.882 a 110.583. O maior crescimento foi na África onde o número dos seminaristas aumentou significativamente. A Ásia viu um crescimento de 125 por cento, seguido pelas Américas com os 65 por cento e pela Europa com os 12 por cento.

2.2. História Diplomática do Vaticano

A Santa Sé é uma participante ativa na diplomacia internacional e possui representação nas Nações Unidas. Desde o quarto século, e bem antes da constituição dos Estados Papais, houvera participação em missões diplomáticas. Em 11 fevereiro de 1929 a Santa Sé e a Itália resolveram a "*Questione Romana*" depois da extinção dos Estados Papais, assinando o Tratado de Latrão, o qual deu origem ao Estado do Vaticano. O artigo 12 do Tratado aponta que as relações diplomáticas com a Santa Sé estão governadas pelas normas da Lei internacional. Anos mais tarde, a Convenção de Viena sobre relações diplomáticas (1961), reunida com a finalidade de aperfeiçoar estas normas, reconheceu formalmente a prática aceita por todos os Estados de recepção, a respeito da precedência de representantes da Santa Sé dentro do corpo diplomático (art. 16, §3).

A cidade do Vaticano é a base territorial da Santa Sé que possui uma autoridade/norma soberana muito maior e original. O Estado da Cidade do Vaticano também possui personalidade jurídica no direito internacional e, por causa de tais, participa de acordos internacionais. Entretanto, é a Santa Sé quem representa internacionalmente o Vaticano, usando a fórmula: "atuar no interesse do estado da Cidade do Vaticano"¹³.

¹² dados do *site* oficial do vaticano www.vatican.va acesso em 15/05/2004.

¹³ *idem*

Em outubro 1957, a fim de evitar a incerteza em suas relações com as Nações Unidas, esta relação foi confirmada sendo a Santa Sé representada por delegações junto ao seu Secretário de Estado perante as organizações internacionais. Na lista de nomes dos países, publicada anualmente pelas Nações Unidas, uma nota é adicionada à entrada da Santa Sé indicando que o termo Santa Sé deveria ser formalmente adotado, exceto nos textos a respeito da União de Telecomunicações Internacionais e da União Postal Universal, onde deveria constar o Estado da Cidade do Vaticano. Os Estados, então, não celebram relações diplomáticas com o Estado Municipal do Vaticano, mas sim com a Santa Sé. Basicamente, o termo Santa Sé consulta à autoridade suprema da Igreja, o Papa como o Bispo de Roma e o Chefe do Colegiado dos Bispos. É o governo central da Igreja Católica Romana.

A Santa Sé é uma instituição que, sob a lei internacional, possui personalidade legal que permite que participe de tratados com personalidade jurídica igual a de um outro Estado enviando e recebendo representações diplomáticas. Possui representações nas Nações Unidas em Nova Iorque e em outras Organizações Internacionais tais como a Comunidade Européia, a Organização dos Estados Americanos, a União Africana, mantendo assim relações diplomáticas com cento e setenta e quatro países.

Uma pergunta freqüente é porque a Santa Sé não é vista como um ator internacional tão legítimo como qualquer Estado-Nação, dado que muitos países buscam se relacionar com ela? Sustentação política ou material certamente não esperam, o que procuram é pela sua tradição e natureza de promoção da paz e assembleias que discutem as pesquisas científicas relacionadas a vida humana como por exemplo as pesquisas sobre células tronco, tecnologias reprodutivas, pílula do dia seguinte e etc.¹⁴

A Santa Sé é apreciada por sua própria escolha como observadora permanente nas Nações Unidas, atuando, até certo ponto, como qualquer outro membro. Quando as Nações Unidas organizam conferências no mundo sobre matérias do interesse universal, o convite é emitido a todos os Estados ou membros de Estados e membros de Estados das Agências das Nações Unidas, e conseqüentemente, também a Santa Sé.

2.3 A Participação do Vaticano em Organismos Internacionais

A Igreja Católica é a única instituição religiosa no mundo a ter o acesso formal às relações diplomáticas e a procurar se adequar às leis internacionais. Deve-se a seu chefe, que, no momento de sua eleição no conclave, supõe um caráter internacional.

¹⁴ Sob o nosso ponto de vista, sempre com a visão cristã sobre a moral e ética científica.

Sobretudo, deve-o a sua história.

De fato, é importante abordar claramente este assunto, uma vez que quem participa do contato com as figuras principais na vida internacional não é a Igreja Católica como uma comunidade de crentes, nem o Estado da Cidade do Vaticano - um Estado que garanta a liberdade espiritual do Papa com o território mínimo - mas a Santa Sé, a saber, o Papa é a autoridade romana da Cúria, a universal e a espiritual, centro original de comunhão; um assunto soberano da lei internacional, de uma natureza religiosa e moral.

De acordo com o código 361 da lei de Cânone, pelo nome "Santa Sé" se compreende não somente o pontífice romano, como também o Secretário de Estado, o Conselho para os casos públicos da Igreja e outras instituições da Cúria Romana; a Cúria é a administração central da Igreja, de acordo com a lei Cânone número 360, o Papa conduz a Igreja universal por meio da Cúria Romana e executa sua função em seu nome e com sua autoridade, para o benefício e o serviço das igrejas.

O código 113 altera a percepção sobre Igreja Católica de que "o apóstolo vêm com a natureza de uma pessoa moral por si" na lei divina; isso significa que a Santa Sé, como uma instituição colocada no serviço do mistério da comunhão de Cristo a Paulo, resistirá, mesmo que fosse reduzida a sua expressão mais simples na pessoa do Papa e uniforme ao fim do tempo. Esta definição teológica e canônica é colaborada por sua condição histórica e jurídica: o lugar da Santa Sé na cena internacional é justificado à extensão de que é a autoridade suprema da Igreja Católica que, por sua vez, por meio da Santa Sé, está na posse do status internacional verdadeiro. Na história das relações internacionais da Santa Sé, é interessante descobrir que, a partir de um contexto eclesial, é possível redescobrir as relações internacionais que surgem por meio da celebração dos conselhos ecumênicos.

A pessoa do Núncio Apostólico, no sentido moderno do termo, a saber, Embaixador do Papa, investido com uma missão eclesial (à igreja local) e uma missão diplomática (acreditada com o governo) que existiu já no ano de 453, na extremidade do conselho de Chalcedon. No fato, uma vez que o conselho foi concluído, o Papa St Leão "O grande", pediu a Julian de Cos, que tinha seguido o trabalho do conselho, o apoio para aplicar as decisões do conjunto. A este termo, forneceu-lhe com as duas letras de crédito: um para acreditá-lo com a hierarquia local, representada pelo patriarca Marcion, e um para o Imperador de Constantinopla, *Theodosius*.¹⁵

¹⁵ Dados do site oficial do vaticano www.vatican.va acesso em 15/05/2004.

No primeiro século, a vida internacional submeteu-se a uma mudança importante: o Estado-Nação emergiu através do estabelecimento de fronteiras territoriais definidas e da concepção de que do lado de dentro da fronteira existiria um “nós” que fatalmente estaria em oposição ao “outro” situado no limite imediatamente posterior à fronteira.

A diplomacia teve de adaptar-se à este novo cenário político internacional e a nova realidade - no lugar do agente secreto, havia agora o agente de informação que se fizera sabido e que tentou ganhar a confiança de seus sócios do diálogo. Os príncipes adotaram essa fórmula na República de Veneza. Encontravam-se os representantes diplomáticos a chegar com grande pompa, com seus presidentes e chancelarias. Os Papas adaptaram-se imediatamente à nova situação inspirada também pelo modelo veneziano. Isto explica o surgimento do primeiro *Nunciatures apostolic* que um Arcebispo enviou de Roma: em 1500 em Veneza e em Paris; em 1513 em Viena. Um ato louvável a intenção do Papa Clemente XI, quando em 1701 estabeleceu a academia de nobres eclesiásticos com a finalidade formar clérigos para a missão de ser representantes pontificais. Por três séculos, foi situado no palácio de Severoli na *Minerva de Piazza*.

Desde a Reforma, os representantes pontificais trataram dos interesses espirituais da Igreja na estrutura da reforma católica, começando pelo Conselho de Trento em 1545 a respeito da aplicação das normas canônicas. Frequentemente, defenderam a liberdade da Igreja de encontro às reivindicações dos príncipes. A diplomacia “Papal” sempre foi um instrumento técnico que os Papas empregaram para garantir e, se necessário, defender as diretivas das igrejas locais. Isto não impediu que a Santa Sé participasse de tratados de paz, particularmente nos séculos XVII e XVIII: Münster, Osnabrück, a paz dos Pirineus, os tratados do *Aix-aix-La-Chapelle-Chapelle*, os tratados de Utrecht¹⁶, de Radstatt, para organizar a resistência aos turcos. No congresso de Viena¹⁷, após o tratado de Westphalia¹⁸ e em especial no curso do século XVIII, a diplomacia pontifical obteve um perfil menor por causa das invasões

¹⁶ Tratado firmado na cidade de Utrecht, nos Países Baixos, puseram fim à Guerra da Sucessão espanhola, na qual entraram em conflito interesses de várias potências européias. O trono da Espanha era pretendido por Filipe de Anjou, neto do Rei francês Luís XIV, e por Carlos, da casa da Áustria. As negociações se abriram em 29 de janeiro de 1712, mas só em 11 de abril de 1713 foram assinados os principais acordos, dos quais o último é de 1714.

¹⁷ Congresso de Viena (1815). Pôs um término às Guerras Napoleônicas e instituiu, através da Santa Aliança, um sistema de mútuo socorro entre as Dinastias Européias contra as revoluções liberais e as emancipações políticas na América Latina.

¹⁸ Paz de Westfália (1648). Encerrar as guerras religiosas na Europa e afastar a ingerência da Igreja e do Sacro Império Romano-Germano nos assuntos internacionais que diziam respeito apenas aos Estados-Nacionais.

recorrentes dos estados papais, mas o congresso de Viena de 1815 restaurou todo seu prestígio. É interessante notar que o reconhecimento pessoal concedido ao Papa (quem neste período era ainda um soberano temporal) esteve alerta pelo fato de que era o primeiro e o principal chefe espiritual da Igreja Católica, por quem Talleyrand¹⁹ indicou quando apresentou um movimento ao comitê editorial do congresso, além disso, aprovado sem dificuldade: a consideração “aos príncipes religiosos e aos poderes católicos (Áustria, França, Espanha e Portugal), nada sobre o Papa deve ser mudado”²⁰(concerniu o representante do papa para o direito da precedência).

Não há dúvida sobre o reconhecimento da existência deste Estado frente à comunidade internacional. É curioso perceber o aumento das relações diplomáticas deste Estado quando, João Paulo II foi eleito em 1978, Pontífice supremo - a Santa Sé tinha relações diplomáticas com 84 países; hoje, este número elevou-se a 174.

A Santa Sé, que aprecia o *status* jurídico internacional, é apresentado assim como a autoridade moral soberana e independente, e como tal, peça legítima nas relações internacionais. Dentro das Nações Unidas sua ação como uma autoridade moral visa promover a ética das relações entre os protagonistas diferentes da comunidade internacional. É realizada através de duas diretivas:

- Diplomacia bilateral (isto é, relações com os 174 países mencionados; assinar concordatas, tratados que estão no formulário ou em acordos solenes em assuntos específicos);
- Diplomacia multilateral (isto é, relações com organizações governamentais, essencialmente as Nações Unidas e suas agências, Conselho da Europa, Comunidade Européia, Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, Organização de Estados Americanos e Organização para a Unidade Africana)²¹.

Antes de descrever estas atividades, gostaria de apontar um dado interessante de análise das relações diplomáticas do Vaticano: o agente principal da ação diplomática papal é o Papa ele mesmo. Com seu ministério pastoral e sua palavra, ele viaja para reuniões que envolvam os povos e aqueles que os governam - pode inspirar líderes políticos, fornece orientação a um grande número de iniciativas sociais e, às

¹⁹Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord, Prince de Bénévent :Chanceler francês no início do século XIX.

²⁰idem

²¹Dados do site www.vatican.va acessados em 06/01/2005.

vezes, condena sistemas ou de idéias que corroem a dignidade da pessoa ou que ameaçam assim a paz do mundo. Entretanto, a ação diária da Santa Sé no cenário internacional, é desenvolvida obviamente em conformidade com as leis internacionais e seus instrumentos clássicos.

2.4- O Vaticano e a Diplomacia Bilateral:

A Santa Sé mantém relações constantes com os países de forma unilateral através das Nunciaturas Apostólicas e dos embaixadores. Todas estas reuniões são oportunidades de recordar determinadas prioridades e princípios, que tenham como prioridade a pessoa humana - suas dignidades e direitos: o direito à vida em todos os estágios de seu desenvolvimento; o direito de trabalhar, e a parte justa dos lucros ganhos; o direito de cultivar; direito à liberdade do pensamento; à liberdade de consciência e de religião. A orientação ideológica do Vaticano tem consistido na insistência da pessoa humana como foco e objetivo de toda a atividade política.

A promoção, e se necessário, a defesa da paz: a rejeição da guerra como uma maneira de resolver disputa entre Estados; iniciativas concretas para alcançar o desarmamento eficaz. Vale a pena recordar que a Santa Sé assinou Tratado de Não-proliferação de armas químicas e armas nucleares (1971) e a proibição do uso de minas terrestres em Ottawa (1997).

Isto explica também o interesse da Santa Sé no processo da paz no Oriente Médio; na mediação em resolver a controvérsia que se alargou entre Argentina e Chile na região da América do sul²², e finalmente, na palavra de João Paulo II na altura da guerra de golfo em 1991:

“Guerra: uma aventura sem retorno...A Santa Sé procura sempre, em todas as ocasiões incentivar todos os partidos dar a prioridade ao diálogo e à negociação, os únicos instrumentos dignos do homem que pode resolver os conflitos inevitáveis entre povos e nações; - sustentação a todas as instituições que promovem a democracia como a base da vida política e social: todos sabem da dedicação nos trabalhos para o desenvolvimento da democracia nas sociedades da Europa Central e da Europa Oriental”.²³

²² Em torno de disputas territoriais no canal de *Beagle* nos anos 70.

²³ Palavra do Arcebispo *Jean-Louis Tauran* no pronunciamento sobre a Presença da Santa Sé em Organismos Internacionais.2002 acessado pelo site www.vatican.va dia 15/05/2004.

É preciso também pensar no caso de Cuba. A Santa Sé recorda que a democracia garante a participação dos cidadãos em decisões políticas e permite que os eleitores elejam seus governantes:

“... A democracia significa a participação e a co-responsabilidade. O papa repetiu freqüentemente que, para que a democracia seja frutífera, deve ser suportada por valores humanos. A democracia “autêntica” é possível somente em um estado governado pela lei, e na base de uma concepção correta da pessoa humana... se não houver nenhuma verdade final para guiar e dirigir a atividade política, então as idéias e as convicções podem facilmente ser manipuladas para razões do poder. Enquanto a história demonstra, uma democracia sem valores gira facilmente no totalitarismo aberto ou disfarçado; (*annus de Centesimus, n. 46*)”²⁴.

O estabelecimento de uma ordem internacional deve ser fundado na justiça e no direito. O alimento, a saúde, a cultura e a solidariedade são condições necessárias para que os cidadãos participem com responsabilidade e convicção de uma planta para a sociedade que garanta uma oportunidade igual a cada ser humano.

O Vaticano corrobora os conceitos novos que têm participado na lei internacional contemporânea, como o dever da intervenção humanitária, e na formulação do direito das minorias. A Santa Sé possui a opinião de que se a lei for aplicada a todos, muitos problemas do passado e as crises atuais seriam evitados.

Como pode ser notado, os Papas e seus colaboradores, jogando seu papel no exercício internacional, são guiados pelas convicções que podem facilmente ser listados:

1. A violência armada nunca resolverá conflitos entre pessoas ou grupos humanos;
2. Violência das raças; - uma raça, uma religião, ou um partido político, idealizados ou sacros, antes que a lógica da tribo ou da lei do mais forte começa a prevalecer;
3. Uma pessoa não pode afirmar e defender seus próprios direitos legítimos ao espezinhar em cima daquela da dignidade igual;
4. Os homens e as mulheres são todos os membros da mesma família; nenhuma Nação pode garantir sua própria segurança e bem estar isolando-se das outras Nações.

²⁴ idem

A Santa Sé procura sempre trazer junto às forças de boa vontade, de modo que em cada ocasião a lei possa ser aplicada para impedir que o fraco, as vítimas da violência ou da manipulação do mal sejam vencidas pelo mais forte. Nesse sentido é absolutamente necessário que a força da lei prevaleça sobre a lei da força.

2.5- O Vaticano e a Diplomacia Multilateral:

A ação da Santa Sé também tem um amplo espaço de atuação na diplomacia multilateral: nas Nações Unidas demonstra a todos que a Santa Sé não é um poder temporal com objetivos políticos, mas, uma autoridade moral.²⁵

A Santa Sé acredita que todas as Nações são iguais; sob o ponto de vista que todos países possuem dignidade. Cada um tem o direito a proteger e defender sua própria independência ou identidade cultural e conduzir seus próprios casos na autonomia e na independência, mas estas mesmas Nações são igualmente solidárias. O Papa João Paulo II usava freqüentemente a expressão "família das Nações" e acreditava também "na terra comum internacional"; através destas concepções, a guerra deve sempre ser rejeitada e a prioridade ser dada à negociação e ao uso de instrumentos jurídicos. Assim, a atividade da Santa Sé procura contribuir na confiança maior entre sócios internacionais, e reforçado o debate acerca de uma filosofia das relações internacionais que deve conduzir a: - uma diminuição gradual na despesa militar; - ao desarmamento eficaz; - ao respeito para culturas e tradições religiosas; - à solidariedade com os países mais pobres, ajudando a serem os arquitetos de seu próprio desenvolvimento. Recentemente, a Igreja empenhou esforços em defesa da vida e da família no nível multilateral internacional.

Em relação à China, não há relações diplomáticas com o Vaticano há cerca de 50 anos, desde quando a Santa Sé reconheceu a independência de Taiwan e não há o reconhecimento da autoridade do Papa frente à religião Católica na China. Para retorno das relações entre os dois países, Pequim exige que o Vaticano rompa com Taiwan e não opine sobre as nomeações de Bispos nem limites das dioceses, na estrutura dos seminários, das congregações religiosas e nos assuntos internos. Com a morte de João Paulo II, a China emitiu comunicado oficial afirmando que esperam que, sob o novo

²⁵ Deve-se recordar que não é um membro das Nações Unidas (e conseqüentemente não é intitulado para votar); aprecia meramente status de observador, que o permite remanescer acima dos partidos, mas com o direito a voz.

pontificado, o Vaticano crie as condições para uma melhora nas relações com este país.²⁶

Capítulo III- A Ascensão de João Paulo II e a expansão política do Vaticano no cenário internacional.

Karol Jozef Wojtyla nasceu em 18 de maio do ano de 1920 na cidade de Wadowice²⁷, Polônia. Lolek, apelidado na infância, era o segundo filho de Karol Wojtyla e Emilia Kaczorowska, em um lar onde reinava a ordem e disciplina, baseados no afeto que unia a família.

Sua mãe morreu em 1929 ao dar a luz a uma menina que também morreria no parto, seu irmão mais velho Edmund, médico, faleceu em 1932 e seu pai, um oficial de baixa patente do exército morreu em 1941, ficando sozinho assim muito jovem.

Aos 19 anos sofrera com a invasão nazista que fechara a universidade onde estudava letras e filosofia, tendo que ir trabalhar primeiramente em uma mina e depois em uma indústria química para escapar da perseguição da época, e que por vezes o obrigou a passar fome e a não ter moradia fixa. Em 1942 começou a estudar no seminário clandestino de Cracóvia onde iniciava sua vida religiosa ao mesmo tempo em que, junto a amigos, manifestava a luta pela libertação da pátria através do teatro clandestino, proclamando poesias de cunho patriótico colaborando assim ativamente contra os invasores nazistas.

Após a Segunda Guerra Mundial, continuou seus estudos no seminário principal de Cracóvia, reaberto, e na Universidade de Teologia de Lublin até completar 26 anos quando, se tornou sacerdote. Em 1948 terminou seu doutorado em teologia e mais tarde se tornou professor de teologia moral e ética social no seminário e na universidade onde estudara. No ano de 1958, com 38 anos, foi empossado bispo auxiliar de Cracóvia pelo Papa Pio XII. Em 1964, com 44 anos foi nomeado Arcebispo, e designado Cardeal em 1967.

Para Alves (1979):

“Naquela época, a *Ostpolitik*, ou seja, a procura de diálogo entre a Santa Sé e os regimes do Leste Europeu viviam sua fase mais intensa. E Cracóvia, a segunda diocese do país depois de Varsóvia, podia contar com o prestígio, a prudência e o dinamismo de um pastor que sabia evitar cisões e intrigas, e ao mesmo tempo

²⁶ Pesquisa feita junto ao site www.zenit.org em 01/052005.

²⁷ Pequena cidade interiorana fundada há mais de 650 anos próxima à fronteira com a Eslováquia e cerca de 30 km de Cracóvia (capital religiosa da Polônia) e que teria em suas proximidades o campo mais conhecido de concentração nazista, Auschwitz.

dialogar e reivindicar sem cair no erro de posições inflexíveis e irritantes, nem ceder ingenuamente em questões fundamentais. Foi nesses termos que Wojtyla conduziu sua política com o Estado da Polônia, a fim de conseguir uma posição de equilíbrio entre as forças divergentes. Sempre se mostrou aberto ao diálogo franco e ao verdadeiro entendimento, tomando posições lúcidas e realistas frente ao governo”.²⁸

Wojtyla participou do Concílio do Vaticano II onde colaborou ativamente, e de maneira especial nas comissões responsáveis em elaborar a Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium* e a Constituição Conciliar *Gaudium et Spes*.

Conhecido como grande teólogo e estudioso, falava fluentemente sete idiomas e escreveu mais de trezentos ensaios sobre o tema da moral familiar, presença dos leigos na vida eclesial, novos caminhos da catequese, etc., escreveu poemas que por vezes foram publicados na revista *Tygodnik Powszech* de Cracóvia com tema sobre o destino do homem e que por vezes, sob o pseudônimo de Andrzej Jawien.

Os predecessores de Karol Wojtyla no pontificado foram: Paulo VI, que comandou a Igreja de 21/06/1963 a 06/08/1978 fora um dos Papas mais viajados na história e o primeiro a visitar os cinco continentes, pois iniciou as viagens episcopais com visita inclusive à ONU e sua conclusão bem sucedida do Concílio do Vaticano II, deixou sua marca na história da Igreja, como também sua reforma rigorosa da Cúria romana. Seu sucessor João Paulo I, eleito em 26/08/1978, tendo iniciado dia 03/09/1978 as atividades de serviço pastoral, faleceu em 28/09/1978 sendo que sua morte apanhou todos de surpresa. O conclave²⁹ da Igreja Católica teve que eleger assim um novo Papa sendo escolhido então Karol Wojtyla.

Fora eleito Papa em 16 de Outubro de 1978 adotando o nome de João Paulo II em homenagem ao Papa que havia morrido. Tinha 58 anos sendo um dos mais jovens a ser eleito, em 132 anos e o primeiro Papa não Italiano após 456 anos, fato bem divulgado na imprensa internacional e com dúvidas perante o fato de vir de um país socialista e das conseqüências políticas e ideológicas que acarretaria esta eleição, o que causou em alguns certo receio frente à possibilidade de condução incerta na Igreja Católica. Porém, seu carisma demonstrou que viera para proclamar uma nova era para a Igreja virando-a para o mundo e promovendo a aproximação entre povos e religiões.

²⁸ ALVES, João. **O Papa que veio de Longe**. São Paulo : Paulinas, 1979. p.51.

²⁹ Reunião de cardeais encarregados de eleger o sucessor do papa que permanecem isolados entre 15 e 20 dias depois da morte de um papa. Passam em cortejo da capela Paulina à capela Sistina e, em seguida, as portas são fechadas e as chaves guardadas.

Chefes de Estado de toda parte do mundo mandaram felicitações desejando ao Papa sorte no seu pontificado. O Governo Polonês, em telegrama assinado pelo presidente Henryk Jabonski e pelo primeiro ministro Piotr Jaroswecz, se expressou :

“Com relação à eleição de Vossa Santidade para o cargo de Papa, enviamos-lhe, em nome da Nação Polonesa e das mais altas autoridades do país, cumprimentos cordiais e os melhores votos. Essa decisão significativa do conclave trouxe uma grande satisfação à Polônia. Pela primeira vez na história, um filho da Nação Polonesa foi eleito para ocupar o mais alto cargo da Igreja...Manifestamos nossa convicção de que a eleição do novo Papa contribuirá para um maior desenvolvimento das relações entre a Polônia e o Vaticano”³⁰.

Durante audiência com os chefes de Estado em decorrência de sua eleição, o Papa afirmou que a Igreja pretendia contribuir para aliviar as misérias físicas e morais dos povos por meios pacíficos através do despertar moral mediante a atividade leal dos cristãos. Ao receber as delegações de outras Igrejas e organizações cristãs como a Igreja Anglicana, Luterana, o Melitão representando o patriarcado de Constantinopla, os Metropolitanos dos patriarcados de Moscou, da Romênia, da Bulgária, afirmou a necessidade de estabelecer laços e ultrapassar as divisões históricas para a proclamação da boa nova da salvação dada em Jesus Cristo e o anúncio da grande esperança da libertação de que tanta precisa o mundo de hoje.

O pontificado de João Paulo II, considerado muito conservador em relação à doutrina, seria marcado pelas designações do Concílio do Vaticano II, e principalmente, acolher com convicção o magistério de Pedro especialmente no campo doutrinal através da disciplina. Os pontos principais do programa do pontificado foram: Consolidação do movimento renovador conciliar, fortalecimento do colegiado, fidelidade global à missão, respeito às normas litúrgicas e fidelidade à grande disciplina da Igreja, prosseguir com a causa ecumênica, liberdade religiosa e justiça no mundo.

João Paulo II sempre denunciou a falta de liberdade, a opressão, a discriminação e a injustiça em todas as suas formas. Vindo do povo, o novo Papa sabia que junto ao povo é o líder que consolida a confiança, e sua cordialidade encerrou o mito do Papa distante e inacessível, pois João Paulo II foi um homem aberto ao diálogo, à aproximação e à união.

O papado de João Paulo II foi um dos mais longos da história, tendo escrito

³⁰ ALVES op cit p.73.

treze encíclicas³¹ e nomeando mais de mil beatos. Também proclamou 400 novos Santos, convocou 15 sínodos dos Bispos e nenhum outro Papa encontrou tantos indivíduos. Para datar, mais de 17.119.200 peregrinos participaram em geral das audiências proferidas as quartas-feiras (mais de 1.000) sem contar 25 audiências especiais e outras cerimônias religiosas e os milhares de fiéis (aproximadamente 400 milhões) e chefes de Estados encontrados durante as visitas pastorais feitas na Itália e Nações em todo o mundo que totalizam mais de 102 viagens por mais de 130 países, entre as quais:

- Polônia 1979/1997/1999/2002
- Turquia 1979
- Irlanda, 1979
- Estados Unidos da América, 1979
- África 1980
- França 1980/1997
- Brasil 1980/1997
- República Federal da Alemanha, 1980
- Paquistão, Filipinas, Guam, Japão e Alaska (EUA), 1981
- Austrália e Nova Zelândia 1986
- República Tcheca, 1997
- Bósnia, 1997
- Líbano, 1997
- Cuba, 1998
- Nigéria 1998
- Áustria, 1998
- Croácia, 1998/2003
- México - St. Louis, 1999
- Romênia, 1999
- Eslovênia 1999
- Nova Déli 1999

³¹Mensagens do Papa em forma de carta universalmente a toda a Igreja Católica. Entre as quais estão "*Redemptor hominis*" (4 de março de 1979) - João Paulo II lança a primeira encíclica de seu pontificado e reforça a necessidade da ortodoxia doutrinária e do celibato sacerdotal, "*Sollicitudo rei socialis*" (fevereiro de 1988) - refuta a violência como forma de sanar a injustiça social e "*Evangelium vitae*" (30 de março de 1995) - condena, em suas 198 páginas, todas formas do que o papa João Paulo II classifica como "cultura da morte". Reafirma a condenação do aborto e da eutanásia e critica o uso do preservativo como meio de contracepção.

- Peregrinação Jubilar na Terra Santa, 2000
- Peregrinação Jubilar ao Monte Sinai, 2000
- Fátima 2000
- Grécia, Síria e Malta - 2001
- Ucrânia 2001
- Cazaquistão e à Armênia 2001
- Bulgária e Azerbaijão, 2002
- Toronto, Cidade da Guatemala e Cidade do México 2002
- Espanha 2003
- Bósnia-Herzegóvina 2003
- Eslováquia 2003
- Berna (Suíça) 2004.

Sua presença foi de significativa importância em países como Ucrânia, Eslovênia e Croácia haja vista terem fomentado novos laços com o Leste Europeu. João Paulo II foi o primeiro Papa a rezar junto a um antigo campo de concentração nazista (Auschwitz 1979), a entrar em uma Sinagoga (Roma, 1986) e em uma Mesquita (Síria 2001). Ao longo de seu papado fundou em janeiro de 1994, a Academia Pontífica de Ciências Sociais, com o objetivo de promover o estudo e progresso social e econômico, político e jurídico das ciências sociais sob a luz da doutrina cristã, com personalidades competentes e especialistas nestas áreas de vinte e quatro países, indiferente de denominação religiosa. No mesmo ano instituiu a Academia Pontífica para a Vida com o objetivo de estudar e informar sobre os principais problemas da biomedicina atual e a promoção e defesa da vida através da moral cristã e das diretivas do magistério da Igreja.

Entre algumas conferências³² desta academia se destacam:

- Declaração Conjunta da Federação Internacional das Associações dos Médicos Católicos e da Academia Pontífica para a Vida sobre o Estado Vegetativo (17-20 de março de 2004).
- X Assembléia Geral - Comunicado Final sobre "A dignidade da procriação humana e as tecnologias reprodutivas. Aspectos antropológicos e éticos" (21

³² Pesquisa feita junto ao site www.vatican.va acesso em 07/03/2005

de fevereiro de 2004).

- IX Assembléia Geral - Comunicado final sobre "A Ética na investigação biomédica. Para uma visão cristã" (26 de fevereiro de 2003).
- O respeito da dignidade do moribundo - Considerações éticas sobre a eutanásia (9 de Dezembro de 2000).
- Comunicado sobre a chamada "Pílula do dia seguinte". (31 de Outubro de 2000).
- Declaração sobre a produção e uso científico e terapêutico das células esteminais embrionais humanas; "células-tronco" (24 de Agosto de 2000).
- Bio-tecnologias animais e vegetais: novas fronteiras e novas responsabilidades (12 de Outubro de 1999).
- Observações a respeito da "Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos do Homem"
- Reflexões sobre a clonagem (1997).
- Identidade e Estatuto do embrião humano.

Em 1994 João Paulo II foi eleito o "homem do ano" pela revista Time e no ano de 2003 concorreu ao Prêmio Nobel da Paz pela firmeza com que se opôs à guerra contra o Iraque, entretanto, não venceu.

Sobre os casos de abuso sexual e pedofilia por parte de representantes da Igreja Católica nos Estados Unidos, o Papa em seu primeiro comentário público a respeito disse:

"Não se desanimem com os pecados e os fracassos de alguns dos membros da Igreja Católica. O dano provocado por alguns sacerdotes e religiosos aos jovens e vulneráveis nos enche com um profundo sentido de tristeza e vergonha. Pensem na vasta maioria de dedicados e generosos padres e religiosos cujo

único desejo é servir e fazer o bem".³³

No dia 2 de abril de 2005 foi anunciada sua morte pelo Vaticano devido aos graves problemas de saúde que já enfrentava: o deslocamento do ombro direito em 1993, o atentado sofrido em 1981 que feriu estômago e mão esquerda, bem como o tumor e a retirada de parte do intestino em 1992, implantação de prótese no fêmur da perna direita após queda em 1994, extração do apêndice em 1996 e o agravamento do mal de Parkinson que paralisava o músculo da face e provoca tremores na mão esquerda e mais recentemente a traqueostomia para melhora da insuficiência respiratória, falência dos rins e ataque cardíaco sofrido na véspera de sua morte.

Os Cardeais de todo mundo se reuniram em Roma para o conclave com a expectativa de que o novo pontífice escolhido devesse seguir a mesma linha de João Paulo II na condução da Igreja, visto que, João Paulo II escolhera 114 dos 117 cardeais eleitores.

No dia 19 de Abril foi anunciado o nome do novo Papa, Joseph Ratzinger - Bento XVI- que era considerado um dos principais candidatos à sucessão devido ao seu prestígio como teólogo e por ser guardião da doutrina. O primeiro Pontífice alemão desde a Idade Média deve vir a cumprir uma função essencial para a descentralização da Igreja. Aos 78 anos, usou sua mão-de-ferro para defender a doutrina da Igreja e, durante todo o longo pontificado de João Paulo II, puniu alguns importantes teólogos que criticavam a Igreja, em particular os latino-americanos ligados à teologia da libertação.

³³ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/papa.shtml> acessado em 28/10/2004.

Capítulo IV – O Vaticano e a crise do Socialismo no Leste Europeu.

Neste capítulo, mais especificamente, serão abordados a título de estudo de caso os movimentos grevistas na Polônia e a presença e influência da Igreja Católica nos mesmos. Inicialmente será feito um pequeno histórico dos movimentos grevistas poloneses até o surgimento e atuação do movimento Solidarnosc, em agosto de 1980. Em poucas palavras, o Solidarnosc foi um movimento social contra a chamada “ditadura dos proletariados”, e mesmo tendo sido extinto em 1981 devido ao golpe militar, quando sobe ao poder na Polônia o General Jaruzelski, os operários que persistiram formaram grupos clandestinos com base nas estruturas sindicais do Solidarnosc.

Em um segundo momento será apresentada não somente a presença da Igreja como mediadora entre os grevistas e o Estado, como também a sua forte influência no Solidarnosc. A Igreja que por muito tempo voltou-se apenas para si mesma, aos poucos foi mostrando seu apoio ao movimento dos trabalhadores e sua resistência em relação às fortes repressões do Partido Comunista. Porém, se por um lado a Igreja se solidarizava com os movimentos, como, por exemplo, permitindo que padres locais realizassem missas diárias junto aos grevistas; evitava por outro lado chocar-se com estes mesmos trabalhadores em greve, ocupando sempre o seu papel central de intermediária entre grevistas e o Estado. Esta prudência por parte da Igreja tem suas razões na delicadeza das relações com o governo e no temor das consequências internas de um compromisso mais forte com a luta dos trabalhadores, mas de qualquer forma não deixa de ser o “santuário da oposição”.

4.1- A Influência da Igreja na Nacionalidade Polonesa.

Desde a Idade Média a Igreja e a religião sempre estiveram presentes no correr dos fatos políticos e históricos da Polônia. Com exceção de uma pequena minoria, a

nobreza era eminentemente católica.

A partir do século XVII a linha de posição das lutas contra seus vizinhos deixa de ser étnico-cultural (língua, costumes, etc) e passa a ser de cunho político, contra o poder tirânico e despótico. Mesmo em 1772, quando da partilha da Polônia, e em 1774 com a perda de sua independência que poderiam levar ao desaparecimento puro e simples da nação polonesa, as reivindicações de patriotismo e a defesa do interesse nacional e de suas tradições remetiam-se necessariamente a influência da Igreja Católica. Mais do que nunca a religião estava presente.

“No século XVIII, compreende-se a relação muito forte que se estabelece entre a defesa do interesse nacional e a ligação com a religião, considerada por quase todos como um elemento da tradição que é preciso preservar a qualquer custo”.³⁴

Enfim, é no século XIX que o papel da religião e da Igreja se torna particularmente forte e importante. Encontrando a Polônia dividida por três países diferentes, Rússia, Prússia e Áustria, a Igreja era a única instituição nacional comum entre as fronteiras e o único local público em que se podia falar ou se expressar em Polonês. Neste período a ordem era de extermínio da língua polonesa e dos costumes nacionais. Era proibido fazer negócios com os poloneses, e os alemães faziam pressão e repressão para tomar as terras dos poloneses e dividi-las entre os colonos.

Assim a Igreja, também se vendo prejudicada – os alemães e russos que se instalaram no lugar dos poloneses não eram católicos – oferece apoio aos poucos poloneses que não sucumbiram aos invasores. A Igreja também se engaja na luta pela permanência da língua polonesa e participou de todas as manifestações de cunho patriótico, estreitando ainda mais os vínculos da identidade nacional com a religião católica.

Contudo, no final do século XIX, a religião se encontra dissociada da identidade da população. Nesta época ser polonês significava ter herança da língua polonesa e também ter o direito de escolha entre ser católico, judeu, protestante ou ateu. A Igreja cede lugar ao Estado na representação da nação, e a identidade nacional passa a ser entendida na necessidade de um Estado mais forte. Por fim, em 1918 – 1939, a Igreja torna a ser alvo de discussões políticas. Por um lado, os nacionalistas poloneses defendiam a impossibilidade de separar a religião dos costumes nacionais. Para eles, não havia polonês que não fosse católico. Por outro, os alemães pretendendo provar a

³⁴ DRABIK, Grazyna; FRENANDES, Rubem César, orgs. Polônia: o Partido, a Igreja, o **Solidariedade**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984. p.98.

“germanidade” dos protestantes. Estas controvérsias foram esquecidas com a II Guerra Mundial.

É fato que após a Segunda Guerra, até os anos 70, a doutrina católica não participou, ou praticamente, não existiu na vida intelectual da Polônia. Como dito anteriormente, “a Igreja era combatida como interpretação e avaliação ideologicamente perigosa dos fatos sociais”.³⁵ É nos anos 70 que as relações Igreja-sociedade transformaram-se de tal modo que a oposição ao Partido Comunista foi buscar o apoio nela.

Porém, tão logo com o fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria (1944 -1945), a Igreja defrontou-se com uma situação inteiramente nova e sem precedentes na história. Neste período os partidos comunistas saíram da clandestinidade em toda a Europa do Leste. Na Polônia, o marco é a fundação do POUP, se transformando no Partido Comunista. O partido reforça a existência de um monopólio político, tomando para si todo poder, todos recursos, estatizando desde o lazer da sociedade até casas comerciais mais complexas.

Em um governo onde se condenava a pluralidade do poder, o Estado foi obrigado a coexistir com um segundo poder no monopólio do poder público, com a Igreja. Mesmo com todo o aparato repressivo, o governo comunista não conseguiu conter o crescimento da Igreja católica. Apesar de todos os dispositivos de repressão e propagandas contra a Igreja, por parte do partido, a mesma, antes da fundação do Solidariedade, tornou-se a única instituição independente atuando na oposição ao regime.

Quando Wladyslaw Gomulka³⁶ sobe ao poder (1956 – 1970), são feitas algumas aberturas no totalitarismo comunista, cedendo às pressões internas. Este acontecimento ficou conhecido como Outubro Polonês. Aos camponeses reconheceu o direito à propriedade particular, concedeu maior liberdade ao meio universitário, científico e artístico, reconheceu o direito de existência da Igreja e de seus intelectuais, facultando-lhes meios de comunicação.

Até então a Igreja, que apenas defendia os valores aceitos por toda a Nação, ensinava o respeito pela verdade e desafiava a manipulação ideologicamente orientada da história nacional. A partir deste momento seu fluxo de atuação muda, abrangendo largamente questões sociais, família, problemas populacionais, questões trabalhistas, dentre outras ainda que um pouco tímido. Em sermões não eram passados apenas

³⁵ ZOLTKOWSKA, Maria. A Importância da doutrina social católica na Polônia. *Rerum Novarum, Concilium*/237- 1991/5: sociologia da religião., Petrópolis: Editora Vozes, 1991. p.110.

³⁶ Brabik, *op cit* p.76.

valores religiosos, havia as questões sociais e era único lugar onde a opinião, ou melhor, a oposição pública poderia se expressar.

Continuando, nos anos 70, a Igreja deu vários passos à frente, a ênfase de seu pensamento católico social, deslocou-se dos problemas da economia e da política para questões relacionadas diretamente com a ética trabalhista e moral. Vários artigos publicados pela Igreja combatiam a desvalorização do trabalho, a má remuneração, a má organização ao mal ambiente de trabalho dentre outros.

4.2- O Movimento Solidariedade

Como é ressaltado, o Movimento Solidariedade como protesto social não surgiu simplesmente, o mesmo é fruto de vários outros movimentos grevistas. Em outras palavras:

“...o movimento é a herança do sangue derramado pelos operários de Poznan em 1956 e do Litoral (Gdansk) em dezembro de 1970, da Revolta dos Estudantes em 1968, dos sofrimentos de Radon e Ursus em 1976. Ele é a herança da atuação independente dos operários, dos intelectuais e dos jovens (...) para conservar os valores morais e dignidade humana no país”.³⁷

Entre os anos de 1944 e 1945, após a derrota da Alemanha nazista e mesmo tendo 17% da população desaparecida, ocorreu na Polônia, o desenvolvimento de organizações operárias. Os sindicatos foram organizados em todos níveis e principalmente em comitês de fábricas. Com isto foram criados os chamados “Conselhos Operários”, com o propósito de estimular a participação dos trabalhadores na gestão das empresas. Porém, isto ficou apenas no papel, os interesses imediatos dos trabalhadores ficaram em segundo plano – a burocracia do sistema sempre procurou por todos os meios estrangular os movimentos dos trabalhadores - e tais conselhos passaram a seguir o modelo soviético. A idéia de autonomia operária foi condenada e por assim dizer o poder operário era exercido através do Partido Comunista. Em 1949 os Conselhos Operários foram definitivamente desmantelados.

Em 1956, os Conselhos Operários renasceram e foram legalizados de imediato, devido às tímidas mudanças democráticas feitas pelo Partido Comunista. Mas logo em seguida foram novamente submetidos ao mesmo controle e transformados em

³⁷ DRABIK, op cit. p.267.

instrumentos do Partido Operário Unificado Polonês (POUP). Assim iniciaram-se uma série de movimentos grevistas, sendo um dos mais marcante neste ano o de Poznan. Com a mudança de regime, traumática para muitos trabalhadores rurais, houve um boicote à produção, levando à falta de alimentos para a população urbana. A insatisfação com a desigualdade na distribuição de estímulos pelo aumento da produção mais as dificuldades no abastecimento foram o ponto máximo para a eclosão da revolta operária de 1956. A revolta foi violentamente massacrada pelas tropas do governo e nesta mesma época assume o poder Gomulka³⁸, sintetizando todas as esperanças de uma vida normal na Polônia.

Desde então, a luta dos operários tornou-se contínua e em 1970 novas promessas de desenvolvimento político, econômico, social e de maior autonomia aos trabalhadores foram feitas. Por parte dos operários, as reivindicações ainda figuravam na independência sindical em relação ao Partido Comunista e em questões sociais contra os preços altos, salários baixos, corrupção, violência policial e etc. Assim, em Gdansk, é formado um comitê de greve nos canteiros navais e é enviada uma delegação à sede do Partido Comunista na esperança de novas negociações. Contudo esta delegação foi presa e os operários se precipitaram para a sede com o objetivo de exigir a libertação, sendo que o mesmo foi negado. Diante da recusa, os trabalhadores, nem mesmo conseguindo a polícia contê-los, incendiaram o comitê. Gdansk foi invadida pelas forças armadas, e na volta ao trabalho, após a greve, havia na entrada dos canteiros centenas de mortos.

Outro movimento grevista ocorreria em 1976 em Ursus e Radon, onde ocorreram severas repressões aos operários, apesar de não usarem armas. Em Ursus, centenas de operários foram demitidos e em Radon trabalhadores foram condenados à prisão. Em solidariedade e para ajudar os operários foi criado o Comitê de Auto-Defesa Social. E com o mesmo grau de importância, surgiu em 1977 o Robotnik, boletim clandestino que informava a classe operária sobre as greves, repressões, legislação sindical etc.

Assim, durante o verão de 1980, a Polônia foi sacudida por milhares de trabalhadores que desencadearam movimentos grevistas de grandes proporções. Que

³⁸ Wladyslaw Gomulka chefiou o governo polonês na era Khrutchev com grande apoio popular, mas ficou desacreditado por não ter concluído o processo de desestalinização do país. Em 1948, por críticas a política soviética, perdeu as funções políticas amando de Stalin. Foi preso em 1951, mas libertado em 1954 e em reabilitado dois anos mais tarde. Graças às pressões populares, foi reconduzido ao poder, mas a crise econômica fez com que perdesse a popularidade. E em dezembro de 1970 retirou-se da vida pública, porém oficialmente, continuou a integrar o Conselho de Estado e o Sejm (Câmara Baixa). Morreu em Varsóvia em 1/12/1982.

ficaria conhecido como “verão polonês”. As greves começaram em Ursus, no Porto de Varsóvia, e teve seu auge quando 17 mil operários pararam nos estaleiros navais “Lenine” contando com a ajuda e apoio de Lech Walesa.³⁹ As empresas locais em Gdansk criam uma comissão de greve interfábricas, com sede ali mesmo nos estaleiros. Esta comissão elabora uma plataforma com vinte e uma reivindicações com propostas batentes específicas e concretas, dentre elas, a ânsia pela própria representação, o sindicato independente, mais férias para gestantes e jovens mães, e proposições de caráter bastante genérico e vago, do tipo “o Governo tudo fará para reformar a economia”.

Ao contrário do que era esperado e do que sempre acontecia nos movimentos de protestos, esse movimento não foi contido a ferro e fogo. “A plataforma de vinte e um pontos constituiu-se num original contrato social fechado entre o Governo e os Sindicatos, incluindo concessões políticas e promessas de atuação que, um ano depois jamais seriam cumpridas”⁴⁰. O acordo de Gdansk de 1980 reconheceu questões essenciais para o movimento polonês: o direito de greve, o direito de formar sindicatos livres das amarras do Partido e auto-geridos, exigiu-se também a libertação de presos políticos por apoiarem os movimentos, dentre outros. O ponto máximo foi alcançado quando em 22 de setembro foi fundado e aceito o Sindicato Independente e Autogestionado - Solidariedade.

Com o Solidariedade tornou-se possível criar novas instituições independentes da atuação do partido e tornou-se possível a independência das já existentes, porém subordinadas ao governo. Em linhas gerais o Solidariedade constituiu-se em protesto contra o poder político que imperava na Polônia, tornando-se a primeira organização independente de trabalhadores num país comunista europeu depois da Segunda Guerra Mundial. Obteve amplo apoio popular interno e internacional pela firmeza e coerência com que conduziu a luta pelos direitos dos trabalhadores durante a sua primeira e breve atuação legal e, mais tarde, na clandestinidade.

O movimento era contra os abusos de poder, contra as injustiças praticadas pelo Estado, contra a perda do direito de agir e falar livremente.

³⁹ Lech Walesa, metalúrgico, trabalhou nos estaleiros “Lênin” sendo demitido em 1967 devido ao mal estar criado pela maneira que questionava as eleições para os organismos de representação dos trabalhadores dentro das fabricas. Consta que a partir de 1978 ele integrou o Sindicato Clandestino do Báltico. E em 1980 quando foi fundado o Solidariedade, Lech Walesa foi eleito seu presidente e sob sua liderança os trabalhadores obtiveram do governo o direito de greve e de organização em sindicatos livre e independentes e um certo grau de liberdade de expressão política e religiosa, dentre outras reivindicações. Em 1990 foi eleito presidente da Polônia e promoveu mudanças radicais no país, porém suas reformas causaram recessão, desemprego, inflação e perda de mecanismos sociais de proteção.

⁴⁰ CASTILHO, Carlos; WAACK, William. **Polônia**: A crise de 500 dias que abalou o socialismo. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1982. p.66.

“Por isso, o sindicato estima que seu dever principal é empreender todas as ações possíveis, a curto e a longo prazo, para salvar o país da ruína e a sociedade da miséria, do desânimo e da autodestruição e pela reinvenção do Estado e da economia de maneira democrática”.⁴¹

O Solidariedade marcou o início da mobilização. Em todo o país não era esperada tamanha adesão aos protestos, abrangendo as mais diversas organizações sociais. Os estudantes, em fevereiro de 1981, exigiram uma nova organização, a Associação Estudantil Independente; e os juristas exigiam maior liberdade aos tribunais; e como marco histórico, em maio de 1981 foi registrado o Sindicato Independente e Autogestionado dos Agricultores Individuais - Solidariedade Rural. Após meses de exaustivas negociações, greves dos agricultores com a ajuda do Solidariedade Operário fundaram o seu próprio sindicato. Vale aqui ressaltar que existia também o Solidariedade dos Artesãos⁴². Mesmo com suas estruturas ainda em formação, em poucos meses cerca de 10 milhões de trabalhadores se organizaram espontaneamente, sejam nas fábricas, hospitais, transportes, no campo e se uniram ao Sindicato.

Por sua vez, a burocracia do Partido Comunista reagiu acusando o sindicato e seus movimentos de anti-socialista. Os trabalhadores contra-argumentaram que não queriam derrubar o socialismo nem um retorno ao capitalismo, apenas queriam que o mesmo funcionasse sob a direção dos operários e em benefício deles. Dentro do próprio partido comunista havia críticas e propostas por reforma em suas estruturas.

Em 1981, o sindicato passou por problemas difíceis de serem sanados. O país enfrentou uma situação de penúria econômica e o governo racionou o abastecimento de alimentos (carne e derivados, manteiga, arroz, leite em pó, açúcar, sabão; cigarros e gasolina também são racionados). A situação de escassez e de fome prolongada da população tornou-se fonte de tensões e colocaram em risco as futuras possibilidades de melhoria da política econômica e social na Polônia.

Assim, em julho de 1981 surgiu um novo ator junto ao Partido no quadro político: as forças armadas. Militares ocuparam cargos notáveis dentro da esfera burocrática do Partido e do próprio Estado, por exemplo, nos ministérios. Três meses

⁴¹ DRABIK, Grazyna; FRENANDES, Rubem César, orgs. Polônia: o Partido, a Igreja, o **Solidariedade**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984. p.269.

⁴² “Saúdo os outros Sindicatos – o Solidariedade Rural e o Solidariedade dos Artesãos – que andam conosco pelo mesmo caminho. Ninguém e nada nos separará.” Trecho do discurso de abertura do Congresso do Solidariedade proferido por Lech Walesa, 1981.

depois o general Jaruzelski⁴³, Primeiro Secretário do POUP, comanda os chamados “Grupos Operacionais”, cada unidade era composta por cinco a seis soldados que eram enviados a aldeias e cidades do interior como delegados do governo e auxiliares da administração local. A extensão desses grupos e seus alcances foram tamanhos, que em dezembro foi declarado lei marcial no país por Jaruzelski e suspenderam-se as atividades do Solidariedade, prendendo e internando seus dirigentes e militantes. O sindicato foi simplesmente desmantelado. Porém a resistência clandestina permaneceu. Apesar do forte aparato repressivo, do desemprego, das prisões de líderes e militantes, o Solidariedade continuou a operar como organização clandestina, com o apoio da sociedade e do próprio Papa João Paulo II e tornou-se um verdadeiro aparato de poder contra o regime militar.

Em resumo os trabalhadores poloneses não se ergueram contra o socialismo, mas sim contra o mau uso de seus reais ideais por parte do Estado. Pelo contrário os operários buscaram construir um socialismo, antes deturpado pelo partido, sobre bases democráticas. Para os trabalhadores o socialismo tinha como objetivo imediato à gestão e ao controle das empresas do Estado por eles próprios. Não deveria existir uma separação rígida e intransponível entre dirigentes e dirigidos, entre governados e governantes, seja na produção, seja na política, seja em qualquer área de domínio coletivo.

4.3- As duas visitas do Papa à Polônia

A primeira visita do Papa à Polônia ocorreu em 1979 e mais do que uma simples visita significou a celebração da recente elevação de um polonês ao posto mais alto da hierarquia Católica – o Papa João Paulo II. Durante a visita o país viveu uma experiência de autogestão e manifestou uma disciplina enorme. Milhares de pessoas se aglomeravam no espaço público, espaço até então rigorosamente reservado para uso oficial e todos os eventos de base popular tinham que passar pelo crivo do Partido e do Estado, o que não aconteceu com esta primeira visita. As milhares de pessoas que rezavam ao ar livre estavam ali por vontade própria.

E ainda, a organização, a construção dos altares e das arquibancadas, a limpeza após as missas, os serviços sanitários e médicos foi tudo organizado com o apoio voluntário, e grupos comunitários, através das igrejas locais. Ou seja, o Partido e sua

⁴³ Wojciech Jaruzelski nasceu em Kurow, perto de Lublin. Em 1943 entra para o exército polonês formado na União Soviética e participa da luta contra a Alemanha. Mais tarde, em 1947 adere ao Partido Comunista Polonês e sobe na hierarquia do Exército. Torna-se líder comunista da Polônia e, de 1981 a 1989 é Chefe de Estado e Presidente entre 1989 e 1990. Como Presidente esforça-se para reprimir o Solidariedade e tenta restaurar a estabilidade da economia polonesa.

milícia tornaram-se invisíveis durante esta visita. O sucesso se deu à sociedade civil que se auto-organizou.

Em outras palavras, a viagem fortaleceu ainda mais a autoridade moral da Igreja – o exemplo está nos retratos do Papa e nos crucifixos colocados nos muros das fábricas em greve – e aumentou o número de católicos, resultando, assim, num fortalecimento das possibilidades de resistência antitotalitária. Em um discurso de base moral, a sociedade resgatava a noção de dignidade nacional e falava em defesa dos direitos civis.

A Segunda visita do Papa João Paulo II à Polônia ocorreu em 1983, período marcado pela presença intensa do militarismo no poder do país. Época também que o símbolo do Solidariedade se confunde com os símbolos e cânticos religiosos. Porém, diferente da visita de 1979, o clima era de tensão e não de festividade, com tropas policiais por todas as partes vigiando de perto e acompanhando todo o evento. Mais uma vez, o evento superou o número de pessoas esperado pelo governo, como pelos eclesiásticos. O governo desta vez não cai no erro de querer limitar o espaço para cultos, ao contrário da visita anterior, esta foi amplamente divulgada.

As missas seriam transmitidas ao vivo em cadeia nacional de rádio e televisão - feito inédito, a televisão era totalmente controlada pelo Estado e não acessível à população ou outros grupos não oficiais. Com isso, o governo esperava que o regime fosse legitimado, ressaltando a importância do entendimento entre a Igreja e o Estado.

Contudo, o discurso por parte da Igreja foi outro. Pedia-se liberdade de presos políticos, defendiam-se os direitos civis e os direitos humanos. E o Papa se dirigia “aos que foram humilhados e tiveram sua dignidade pisoteada”⁴⁴ seja pelo regime anterior, seja pelo regime atual. O Papa falou de justiça, liberdade, moral na construção das estruturas sociais justas para a sociedade e na democratização do sistema.

Por fim, vale ressaltar, que nesta visita o Solidariedade já havia sido extinto e sua estrutura organizacional limitava-se a grupo atuando na clandestinidade, seus símbolos, nome, panfletos, etc, foram proibidos sob pena de prisão. A presença de seus símbolos e faixas durante os eventos e proteção desses manifestantes por parte daqueles que não carregavam faixas contra os policiais, serviu para reafirmar, mais uma vez, a incorporação do Solidariedade aos símbolos nacionais da Polônia. Assim, com a segunda visita do Papa, a sociedade pôde mobilizar-se e reafirmar sua identidade

⁴⁴ DRABIK, G. *op cit* p.170.

nacional.

Assim, nos anos 80 a Igreja confirma o seu papel central na política polonesa como um santuário capaz de oferecer consolo para a grande oposição. O Solidariedade, como dito anteriormente, foi um movimento nascido dos protestos da sociedade contra a violação dos direitos humanos e civis, contra o regime socialista totalitarista. O mesmo assumiu valores de justiça, liberdade, igualdade, democráticos de acordo com princípios básicos da ética cristã. Em outras palavras, nos movimentos grevistas de Gdansk, a devoção religiosa é vista como os laços que unificam a nação jamais poderão ser rompidos por governo algum, pois estão em um plano muito acima do homem.

O Solidariedade volta-se para a Igreja não apenas para buscar refúgio, mas também como seus ensinamentos sociais católicos. E o retorno, o apoio moral, por parte da Igreja para implementar o movimento Solidariedade e a justiça social pode ser vista no seguinte trecho de João Paulo II, na encíclica *Laborem exercens* (n. 8)⁴⁵.

“Para se realizar a justiça social nas diversas partes do mundo (...) é preciso que haja sempre novos movimentos de Solidariedade dos homens do trabalho e de solidariedade com os homens do trabalho. Uma tal solidariedade deverá fazer sentir sua presença onde a exijam a degradação social do homem – sujeito do trabalho, a exploração dos trabalhadores e as zonas crescentes de miséria e mesmo de fome.”

Estas palavras de João Paulo II foram a força motriz para a religião fazer parte da vida pública e dos símbolos religiosos se unirem aos símbolos nacionais e patrióticos. Assim,

“Os grevistas retiram das paredes os enfeites vermelhos e enfeitam de novo com o vermelho e branco, as cores da bandeira polonesa, inscrita alias no logotipo do Solidariedade. Desceram os retratos de Lênin e subiram as da Virgem de Czestochowa e de João Paulo II. Ao invés da Internacional , cantaram canções de teor religiosos”.⁴⁶

Por fim, para a maior parte da população a religião é parte da vida, é intrínseca a vida dos poloneses que inclui batismo no nascimento, a primeira comunhão, o casamento, enterros, cultos, enfim faz parte do dia a dia dos poloneses. E ir de encontro

⁴⁵ Idem p.86.

⁴⁶ Idem p.89.

a estes princípios querendo impor outro modelo de comportamento diferente do habitual é o mesmo que ir contra o que foi transmitido pelos seus ancestrais. Seria como nos séculos passados querer acabar com as tradições nacionais, que nem a Igreja e nem a população opositora deixou morrer.

Mesmo durante a “ditadura do proletariado”, a Igreja soube combinar suas tradições com um dinamismo que a permitiu acompanhar as drásticas mudanças que estavam ocorrendo na sociedade polonesa. Por fim:

“a politização da vida religiosa foi acompanhada, na Polônia, por uma redescoberta dos sentimentos símbolos e tradicionais que valorizam a religião enquanto tal, (...), que nas últimas décadas tem somado mais do que dividido, gerando uma instituição a um tempo tradicionalista e ousadamente aberta para desafios atuais”.⁴⁷

4.4- A Queda do Comunismo no Leste Europeu.

Em 1988, com a morte de Konstantin Chernenko, Mikhail Gorbachev assumiu o cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista na ex-URSS. Andrey Gromyko assumiu a presidência. Gorbachev lança as políticas que iriam marcar seu governo - a Glasnost, ou transparência, e a Perestroika, ou reestruturação. Em 1988, Gorbachev substituiu Andrei Gromyko como Presidente e em uma conferência especial, o Partido Comunista decide abrir o mercado para a iniciativa privada. A ascensão de Gorbachev desencadeou mudanças significativas na história do Comunismo, principalmente no relacionamento entre a Igreja Católica e o Estado na Polônia.

Andrei Gromyko, Ministro das Relações Exteriores da URSS indicou ao Papa interesse em restabelecer relações diplomáticas com o Vaticano se mostrando receptivo às preocupações do Papa a respeito da paz mundial, controle de armas e o sofrimento dos católicos da União Soviética. E esse interesse cresceu ao longo dos anos seguintes.

Quando o Papa falava de paz, falava não apenas como líder da Igreja Católica, mas como filho de uma Nação cujo destino tinha sido especialmente duro. O Papa eslavo conhecia melhor do que ninguém a realidade da região leste, sendo um homem de pensamento universal que não deixava em absoluto fazer críticas também ao capitalismo. Gorbachev queria saber em que medida a Igreja poderia ser útil no processo de reformas ou se as atrapalharia.

Por duas vezes em 1986, por sugestão de Jaruzelski, o Primaz polonês Glemp

⁴⁷ Idem, p.91.

foi autorizado a visitar Minsk e Moscou onde se encontrou com líderes e Sacerdotes católicos e ortodoxos russos, juntamente com estudiosos. Era a primeira vez que um cardeal polonês visitava a União Soviética.

Gorbachev propõe então a *Perestroika*, mudanças econômicas que falava de humanização, que uniam aspirações da Europa por paz e segurança econômica e política. O Papa estava animado e esperançoso frente às mudanças que Gorbachev iniciara. Não havia dúvida de que a Polônia e as Nações comunistas do Leste Europeu, inclusive a própria União Soviética, estavam a beira de uma grande mudança.

Em 1986, o regime anunciou anistia geral colocando em liberdade 225 prisioneiros políticos pondo em fim a lei marcial⁴⁸ na Polônia. Todos os líderes do Solidariedade se reuniram pela primeira vez em cinco anos: “O Solidariedade, inspirado pelo Papa e mantido pela CIA, sobrevivera na sua longa luta na clandestinidade”⁴⁹. Ainda assim não havia condição legal ao Solidariedade, dificultando sua reagrupação e atividades.

As reformas continuaram, porém sem estar asseguradas o quão profundo estas seriam toleradas por Gorbachev e pelo Politburo⁵⁰ Soviético e de que maneira o Solidariedade participaria do futuro da Polônia.

Era claro que o PC polonês não tinha nenhum apoio da população. Era necessário encontrar nova forma de governo para possível recuperação econômica e reestruturação política do país. Com o fim da lei marcial, houve flexibilização das limitações dos direito civis com a permissão de viajar dentro e fora da Polônia, a censura se restringiu a poucos pontos e foi possível restabelecer organizações independentes.

O Solidariedade ressurgiu depois da anistia em menores proporções, porém politicamente centralizado nas mãos de Walessa parecendo um partido político ocidental. Negociador, apoiado pelo povo e pela Igreja, contando inclusive com as sanções econômicas impostas pelo então presidente dos Estados Unidos Ronald Regan. Por fim Walessa resolveu não reconstruir a antiga comissão do sindicato, ao contrário,

⁴⁸ O general Wojciech Jaruzelski decreta Lei Marcial em 1981- tornando o sindicato Solidariedade ilegal e prende seus dirigentes. O movimento de oposição persiste na década de 80 estimulado pelo apoio que recebe do papa João Paulo II. A lei marcial não conseguiu, contudo, pacificar os polacos. Além disso, o governo de Jaruzelski enfrentou a condenação internacional e sanções econômicas, o que fez diminuir a sua capacidade para resolver a crise econômica que a Polônia atravessava.

⁴⁹ POLLITI, Marco e BERNSTEIN, Carl. **Sua Santidade João Paulo II e a história oculta de nosso tempo**. Rio de Janeiro Editora Objetiva 1996 7º Ed.

⁵⁰ Politburo é um acrônimo que designa Political Bureau. O termo deriva quer do russo *Politicheskoe Byuro*, contraído para *Politbyuro*, ou do alemão *Politbüro*. Trata-se de um comitê executivo de numerosos partidos políticos, designadamente os antigos partidos comunistas da Europa de Leste.

preferiu escolher pessoalmente os membros do novo órgão; o Conselho Provisório do Solidarnosc.

Na data de 08 de Junho de 1987 o Papa faz então sua terceira visita a Polónia com o intuito de restaurar o Solidarnosc que já atuava abertamente. O Papa celebrou em Gdansk missa para 750 mil trabalhadores e seus familiares invocando os acordos de 1980 e atribuindo suas raízes aos sangrentos acontecimentos no estaleiro em 1970, pois estes acordos ficariam na história da Polónia como expressão do crescimento da consciência do povo polonês no que se refere a ordem social e moral. “O Papa reza pelo legado especial do Solidarnosc polonês⁵¹ pois não existe pejejo mais significativo do que o Solidarnosc”.

O regime reagiu à visita com censuras na televisão, com milhares de policiais nas ruas, detenções de “arruaceiros” e um pronunciamento agressivo por parte do general Jaruzelski.

Após a visita, os acontecimentos na Polónia se desenvolveram com significativa rapidez. A cada episódio importante, o regime reagia com meias medidas às pressões do Solidarnosc, do povo e do Papa, ficando sobrepujado.

Em abril e maio de 1988 inúmeras greves, não convocadas pelo Solidarnosc, explodiram na Polónia. Os trabalhadores resolveram tomar os acontecimentos em suas próprias mãos. Em janeiro de 1989 Jaruzelski reconheceu legalmente o Solidarnosc como sindicato, em “consideração” a sua ajuda no fim das greves do ano anterior.

Em fevereiro houve protestos contra o aumento de preços e os representantes do governo e da oposição tiveram que se reunir para discutir o futuro econômico da Polónia. As conversações, orientadas pela Igreja, duraram dois meses, discutiram assuntos da política à economia por Walessa, o Ministro do Interior polonês, um membro do Politburo Soviético e o Cardeal de Cracóvia . O acordo crucial determinava convocação de eleições livres para o senado que seria criado pelo governo. Quando as eleições aconteceram em 04 de junho, os membros do Solidarnosc ganharam 261 cadeiras das 262 que poderiam concorrer. Naquele dia, os padres conclamaram os fiéis a apoiarem o Solidarnosc.

Jaruzelski ganhou para o cargo de presidente. Em agosto o Presidente nomeia para Primeiro-Ministro um intelectual católico membro do Solidarnosc, este finalmente chegava oficialmente ao poder. Walessa foi a Roma agradecer ao Papa pelo apoio.

⁵¹ POLLITI *op cit.* p.473.

A “independência” da Polônia ecoou por todo o mundo, fazendo com que inevitavelmente afetasse todo o bloco oriental. A Hungria abriu sua fronteira com a Áustria, milhares de alemães orientais começaram a entrar no país e outros para a Alemanha Ocidental que garantia cidadania a todos alemães. O dirigente comunista da Alemanha Oriental, Erich Honecker, se via cada vez mais pressionado e fez pedido para que Gorbachev interviesse, este o negou ajuda e logo os alemães orientais estavam fugindo pelas fronteiras da Polônia e da Checoslováquia. Em outubro milhares de pessoas foram as ruas de Berlim Oriental e de Leipzig exigindo o afastamento de Honecker, que acabou por renunciar. Egon Krenz, membro do Politburo assumiu o controle da Alemanha Oriental e em 09 de novembro abriu as fronteiras com a Alemanha Ocidental, e no dia seguinte, operários começaram a demolir o muro em Berlim. O Comunismo desmoronava. Em seguida Bulgária, Romênia sofreram manifestações do mesmo tipo.

Em 1º de dezembro de 1989 o Secretário-Geral do PC da URSS Mikhail Gorbachev se encontrava com João Paulo II no Vaticano. Com uma declaração emocionada de que a religião ajudou a Perestroika, Gorbachev afirmou que abandonou-se a ideologia de que somente eles eram donos da verdade e os que não aceitavam sua ideologia eram inimigos. Por toda a Europa Oriental o Comunismo estava em colapso, porém a União Soviética ainda estava sob o governo de Gorbachev. Ele havia permitido que cada país seguisse seus próprios caminhos, e o povo soviético lograva pela melhora de padrão de vida. Em março ocorreu a primeira eleição democrática na União Soviética.

Em agosto de 1991 membros conservadores do Politburo tomaram através de um golpe de Estado o poder em Moscou e colocaram Gorbachev em prisão domiciliar anunciando que estava doente. Boris Yeltsin, então Presidente da República Russa se rebelou contra o golpe e transformou o edifício do Parlamento Russo no quartel-general da resistência. Utilizou um rádio que pertencia a um padre para transmitir programas religiosos católicos para manter contato com o mundo exterior levando o ocidente a apoiá-lo.

Em 31 de Dezembro de 1991 era decretado o fim da URSS. João Paulo II na ocasião então disse:

“Seria simplista dizer que a Providência divina causou a queda do Comunismo. Ele caiu por si mesmo em consequência de seus próprios erros, abusos e suas

fraquezas internas. O Comunismo se revelou como uma utopia inatingível porque alguns aspectos essenciais da pessoa humana eram desprezados e repudiados: o anseio irreprimível do homem pela liberdade e pela verdade, bem como sua incapacidade de se sentir feliz quando se exclui o relacionamento transcendental com Deus.”⁵²

Foram fatos seqüenciais que derrubaram o sistema político na Polônia, a insatisfação popular frente ao regime, a história da população marcada pela tentativa de aniquilação da cultura polonesa, a injustiça social com os trabalhadores que inúmeras vezes foram massacrados ao se rebelarem contra a situação social e econômica do país.

A extrema rigidez do regime fez com que a população encontrasse na Igreja Católica (associação cultural) e no Solidariedade (associação ilegítima frente ao governo) identidade de luta de seus anseios, um meio real de mudança pelas propostas de ambas organizações que tinham por interesse a liberdade de expressão e de associação, de insumos básicos como comida, de celebração religiosa e etc.

⁵² Idem p.475.

CONCLUSÃO

A discussão sobre a relevância da Igreja frente às questões exclusivas aos Estados foi feita por admiráveis teóricos políticos como Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes onde ambos pregavam pela não ingerência entre as duas esferas, política e espiritual. Para Maquiavel, a Igreja, de grande poder e influência em alguns principados não deveria interferir na constituição do Estado, enquanto Hobbes, um pouco além, via na Igreja uma estaca ao governo forte do Estado Absolutista, causando problemas no funcionamento do Estado.

Com a criação do Estado do Vaticano em 1929 esse assunto toma outra direção, já que agora a Igreja tem seu próprio Estado e governante supremo, sendo um país soberano e reconhecido internacionalmente como tal. Sua ação frente aos demais Estados se foca na de promoção da paz, dos direitos humanos, através de uma diplomacia bilateral relacionando-se singularmente com diversos países através da Nunciatura Apostólica, sua representação nos países e multilateral; atuando junto aos organismos internacionais.

A eleição do polonês Karol Wojtyła em 1978 foi um momento oportuno para a expansão da Igreja Católica e para a Polônia que padecia no sistema soviético.

A Igreja teve a chance de expandir suas relações diplomáticas com as constantes viagens de João Paulo II ao mesmo tempo o novo Papa demonstrou ser conservador em relação à doutrina, fortalecendo o colegiado, impondo fidelidade à missão, respeito às normas litúrgicas e à disciplina da Igreja.

Vindo de uma região conflituosa ao longo de sua história, o polonês eleito Papa, não poderia deixar de lançar mão do poder que emergia junto sua eleição como representante máximo da Igreja contra a repressão de seus concidadãos. A história de constantes massacres e dominações na Polônia por outros povos e diferentes Nações, bem como os danos causados pelas duas guerras mundiais e a insatisfação da população com o governo e imposição soviética culminaram na indignação popular que reivindicava melhores condições de vida. A Igreja sempre foi um laço forte entre o povo polonês, fazendo parte de sua própria identidade, onde houvera épocas em que nas missas era o único lugar onde se falava a língua nacional.

O momento de eleição de Karol Wojtyła Papa foi oportuno para seu país e para o sindicato Solidarnosc onde ambos precisavam de um porta-voz de sua luta alusiva aos problemas da região eslava e dos problemas do sistema político soviético.

Missas eram rezadas durante as greves, os símbolos religiosos se misturavam aos do sindicato e as canções religiosas eram as canções de protestos. A visita do Papa ao seu país natal confirmou tudo isso, milhares de pessoas foram ver João Paulo II, levando faixas do Solidarnosc. O Sindicato foi perseguido e seus líderes presos.

A Igreja e o Sindicato Solidarnosc possuíam objetivos comuns como a liberdade de presos políticos, a defesa dos direitos civis e humanos da população. O Solidarnosc se voltou para a Igreja não apenas para buscar apoio religioso mas pela semelhança de anseios.

Com a ascensão de Gorbachev frente ao governo da URSS, as relações diplomáticas com a Igreja evoluíram, pois aquele esperava contar com o apoio desta no processo de reformas. O reconhecimento do Solidarnosc como partido em 1988 e as eleições livres, com a Igreja apoiando a candidatura do Solidarnosc ao Senado, resultou na eleição para as 262 vagas sendo que o Solidarnosc elegeu 261 representantes. As eleições livres na Polônia deram início a queda do regime comunista e do bloco soviético no Leste Europeu.

A idéia apresentada da religião católica tão significativa na vida do povo polonês foi de importância na queda do Comunismo ateu, não excluindo a importância de outros fatores, que, em conjunto, levaram à queda do sistema, como a própria insuficiência política e econômica na subsistência do regime, as insatisfações populares por melhores condições de existência.

Concluimos que o apoio da Igreja Católica aos que lutaram pela redemocratização da Polônia contribuiu significativamente para a queda do Comunismo no Leste Europeu, embora não tenha sido o único fator.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, João. **O Papa que veio de Longe**. São Paulo: Paulinas, 1979.

BERNSTEIN, Carl; POLITI, Marco. **Sua Santidade João Paulo II e a história oculta de nosso tempo**. 7º Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 12º Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

CASTILHO, Carlos; WAACK, William. **Polônia: A crise de 500 dias que abalou o socialismo**. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1982.

DEUTSCHER, Tâmara. Polônia: Esperanças e Temores. **Revista de Cultura e Política**, Rio de Janeiro, nº5,7-41, Abril/Junho 1981.

DRABIK, Grazyana; FERNANDES, Rubem. **Polônia: o Partido, a Igreja, o Solidarietà**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

NASCIMENTO, Cláudio: A Resistência operária na Polônia. **Caderno CEAS** nº83, 54-63, São Paulo: Edições Loyola, Janeiro/Fevereiro 1983.

PACE, Enzo. **Religião e Globalização** In ORO, Pedro e STEIL Carlos (orgs.) **Globalização e Religião**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SOUZA JUNIOR, José Alves. **Mundo contemporâneo: da expansão imperialista à derrocada do socialismo no Leste Europeu**. 2º Ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

VELHO, Otávio. **Globalização: Antropologia e Religião** In ORO, Pedro e STEIL, Carlos (orgs.) *Globalização e Religião*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ZOLTKOWSKA, Maria. A Importância da doutrina social católica na Polônia. *Rerum Novarum, Concilium*/237- 1991/5: sociologia da religião. 109-117. 1991.

CAMARGO, Cláudio. ISTO É. São Paulo: Editora Três, ed: 9343 n°1837, p.90-98. dez 2004.

LOPES, Reinaldo. Os segredos do Vaticano. REVISTA DAS RELIGIÕES. São Paulo: Editora Abril, ed: 17, p.18-27. jan 2005.

RUSSO, Denis. O Papa e a História. SUPER INTERESSANTE. São Paulo: Editora Abril, ed: 211 n°1789, p.36-45, mar 2005.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, ed: 1122, n°11, mar. 1990.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, ed: 1124, n°13, abr. 1990.

SABINO, Mário. Um adeus com dor. VEJA. São Paulo: Editora Abril, ed: 1899 n°06, abr 2005 p.88-101.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/papa>.

<http://www.vatican.va>

<http://noticias.terra.com.br/mundo/mortedopapa>

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/especial/2005/04/04/>

<http://vejaonline.abril.uol.com.br/>

<http://www.time.com/time/>

<http://www.terra.com.br/istoedinheiro/>

<http://geocities.yahoo.com.br/fld2001/resumoidadedia.htm>

<http://www.historiadaarte.com.br/renascimento.html>

<http://www.feranet21.com.br/biografias/biografias/Maquiavel.htm>

<http://www.mundociencia.com.br/filosofia/hobbes.htm>

<http://www.tsf.pt/online>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/>

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

<http://www.zenit.org>